

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS, CONQUISTAS E DESAFIOS

HISTORICAL CONTEXT OF FIELD EDUCATION: ADVANCES, ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES

Albanice de Souza Ramos^{1*},
Eulina Maria Leite Nogueira², Renato Abreu Lima³

¹Mestre em Ciências Ambientais (PPGCA), Campus Vale do Rio Madeira, Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Endereço: Rua 29 de Agosto, 786, Centro, CEP: 69.800-000, Humaitá-AM; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH/IEAA/UFAM); ³Docente do PPGCA/IEAA/UFAM

* Autor correspondente: e-mail: albanice.ramos25@gmail.com

RESUMO

O objetivo do estudo foi realizar por meio de uma pesquisa bibliográfica uma breve análise sobre a trajetória histórica, avanços e desafios da educação do campo no Brasil e no Amazonas. Os procedimentos metodológicos visam uma pesquisa baseada em uma abordagem qualitativa, sendo assim, optou-se em coletar os dados por meio de um levantamento bibliográfico relacionados ao objeto de estudo, realizado em bases de dados. Com base nos resultados obtidos, observa-se que a educação do campo no Brasil foi um instrumento capaz de libertar a classe trabalhadora da exploração a que estava submetida, provendo assim o acesso ao saber aqueles que foram de alguma forma excluídos, pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação do campo, Movimentos Sociais, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The objective of the study was to carry out, through a bibliographic research, a brief analysis on the historical trajectory, advances and challenges of rural education in Brazil and in Amazonas. The methodological procedures aim at a research based on a qualitative approach, therefore, it was decided to collect the data through a bibliographic survey related to the object of study, carried out in databases. Based on the results obtained, it is observed that rural education in Brazil was an instrument capable of freeing the working class from the exploitation to which it was subjected, thus providing access to knowledge for those who were somehow excluded, by capitalist society.

Key words: Rural education, Social Movements, Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem voltado para as questões ambientais é de suma importância, pois, pode contribuir a transpor a enraização da cultura de degradação ambiental, assim, a educação pode e deve vir contrapor o pensamento inconsciente do uso indiscriminado dos recursos naturais renováveis e não renováveis, dentro de um círculo vicioso de degradação e evitando um possível colapso ambiental, que seria a falta dos recursos naturais necessários para a permanência do ser humano ao seu habitat natural no planeta Terra.

Sendo assim, a escola é um espaço de construção e formação de conduta social e humana, onde se encontra todas as formas de expressão cultural e social advinda da sociedade como se fosse um reflexo subjetivo das ações humanas, a sociedade exercendo uma forte influência sobre a estruturação educacional.

Neste estudo realizaremos uma breve contextualização a respeito da evolução histórica da educação do campo no Brasil, ressaltando os principais movimentos sociais que marcaram as trajetórias de lutas dos trabalhadores do campo. Ressaltando que este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional no município de Humaitá-AM”.

A escola não é apenas um espaço para aprender sobre as disciplinas de português e matemática, a escola é um espaço de construção e formação de conduta social humana, na escola encontra-se todas as formas de expressão cultural e social advinda da sociedade como se fosse um reflexo subjetivo das ações humanas, pois esta exerce uma forte influência sobre a estruturação educacional, porém a escola é a única estrutura capaz de poder mudar os paradigmas sociais, libertar o sujeito do senso comum alienado, para o sujeito reflexivo e crítico das práticas sociais, a escola é um espaço de construção de cidadania aonde pode-se ressignificar pedagogicamente a sensibilidade humana para a mudança positiva da realidade.

O foco desse estudo, baseia-se nas reflexões sobre a trajetória da educação do campo no decorrer do tempo, visando demonstrar que, muitos objetivos foram alcançados em virtude das organizações coletivas que se uniram e lutaram para vencer os desafios e transformar a realidade educativa do campo.

Dessa maneira, objetivou-se por intermédio desse estudo, realizar uma breve análise sobre a trajetória histórica, avanços e desafios da educação do campo no Brasil, no Amazonas e especificamente no município de Humaitá-AM, destacando assim, aspectos positivos e negativos referentes aos avanços e desafios que permeiam a educação do campo até os dias atuais.

Tendo em vista que os dados com base para uma apuração do tema exposto por meio de artigos e dissertações como critério de inclusão, também se levou em consideração a necessidade de outras fontes, sendo utilizada pesquisa de texto publicados em livros e teses. Assim, foi realizado um levantamento das publicações de leis, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, regulamentos técnicos, informes técnicos, artigos nacionais e internacionais e dissertações nas bases de dados PubMed, Scielo e Google Scholar, usando os descritores: educação do campo, Amazonas e políticas públicas.

Da coleta de dados, foi realizada no período de dezembro de 2018 a março de 2019, no qual o critério de exclusão das publicações foi de trabalhos que não apresentaram com maior detalhamento o tema apresentado neste estudo. Dos trabalhos selecionados para a leitura, estes foram agrupados em categorias (seções) para facilitar na descrição dos estudos, mediante uma análise descritiva.

Ressalta-se ainda que a relevância desse estudo consiste em compreender as lutas e conquistas dessas classes sociais, para que assim, possamos sugerir melhorias para o desenvolvimento de políticas públicas que venham contribuir com a oferta de uma educação mais valorizada e de qualidade, além disso, as escolas do campo necessitam de um olhar diferenciado, em todos os seus setores, visto que, há inúmeros aspectos a serem analisados, desde a estrutura física da escola bem como as especificidades da vida no campo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO

Ao realizar uma pesquisa científica é necessário planejar e organizar as atividades de forma sistemática, conforme as normas metodológicas vigentes, tendo em vista, a evolução do conhecimento humano em todos os setores, diante disso, deve-se buscar informações em fontes fidedignas em obras e autores que discorrem sobre o tema proposto para embasar teoricamente o estudo a ser realizado.

A metodologia utilizada no presente estudo caracteriza-se por meio de uma revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, cujo a finalidade foi analisar materiais produzidos em trabalhos científicos com enfoque voltados para a educação do campo.

De acordo com as definições de [1] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que fez e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes.

Contudo, a pesquisa qualitativa, é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, ou seja, procura identificar as características, dos participantes da pesquisa, enfatizando assim, seus valores, crenças e atitudes dentro da realidade social vivida por eles. Esse tipo de abordagem permite aos entrevistados a liberdade para expressar suas ideias e pensamentos sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Contudo, para o levantamento de dados foi necessário o uso de instrumentos para coletar as informações, nesse caso foi utilizado uma revisão de literatura, através de uma pesquisa descritiva e exploratória que propôs a análise de materiais produzidos em trabalhos científicos considerando todas as etapas como: conceitos, técnicas, resultados, discussões e conclusões, com intuito de verificar artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

A pesquisa bibliográfica, dentro de uma pesquisa científica, visa fundamentar teoricamente a construção do universo a ser pesquisado auxiliando o embasamento teórico, [2]. Nesse sentido, a pesquisa de caráter bibliográfico foi desenvolvida com base em trabalhos já elaborados, tais como, livros, monografias, artigos científicos, entre outros que tratam sobre a temática em questão.

Assim, a pesquisa bibliográfica torna-se importante para a etapa inicial da investigação proposta, pois consiste em reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Assim, os artigos foram selecionados e analisados seguindo os critérios delimitados pelas palavras-chave: Contexto histórico, Educação do campo, Movimentos Sociais, Políticas públicas e conquistas. Além disso, de acordo com os termos de busca, foi possível acessar pesquisas científicas, entre teses, dissertações e artigos. Como próximo passo, iniciou-se a leitura dos títulos, sendo selecionados somente os artigos científicos, pela atualidade que representam em relevância para essa pesquisa. Diante disso, o método que auxiliou na investigação dos acontecimentos bibliográficos e documentais que influenciaram o problema no presente foi o método histórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

3.1.1 Educação do campo no Brasil

A educação do campo no Brasil é marcada por uma série de lutas e movimentos sociais que visa uma reforma na prática educativa, ou seja, uma educação adequada às condições do meio rural capaz de atender as necessidades das classes de trabalhadores rurais ou até mesmo libertá-los da exploração a que estão submetidos.

O termo Educação do/no campo traz sentidos diferentes. Nesse sentido, a Educação no Campo é aquela ofertada pelo Estado no meio rural, porque o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive. Enquanto que a Educação do Campo é aquela pensada pelos

camponeses, decorrentes das suas lutas sociais, pois “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”, portanto é uma educação implícita no contexto da formação humana com princípios emancipatórios [3].

Diante das conquistas decorrentes dos movimentos sociais, propôs-se uma nova forma de ensinar e aprender de acordo com cultura e a realidade do homem do campo, onde muitos trabalhadores que foram excluídos da sociedade capitalista puderam ter acesso ao ensino.

Na concepção de [4] os camponeses eram vistos pelos olhares burgueses como “atrasados, ignorantes, sem higiene, estereótipos que permanecem até os dias de hoje.” A educação não era para todos, e esse motivo dava a oportunidade para as classes burguesas afirmar que os camponeses não tinham possibilidade de progresso, ou seja, era um obstáculo para avanços.

A conquista da educação para a população do campo passou por um processo lento, visto que até 1759, somente uma pequena parcela da sociedade tinha o acesso ao ensino, sendo que mulheres e escravos, não tinham o direito à escolarização.

Durante o século XIX do Brasil Império até o início da República, as ações desenvolvidas pelo governo não abordavam a educação rural em sua constituição. O descaso por parte dos governantes com relação à educação dos camponeses se dava em virtude do Brasil ser um país politicamente agrário com sua economia baseada no latifundiário e no trabalho escravo.

Em 1930, surgiram ideias inovadoras com o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. O processo de ensino abordava tanto as elites quanto a população pobre da área urbana e rural. Nesse sentido, pela primeira vez as escolas do campo receberam um olhar diferenciado considerando as características peculiares da vida do campo.

Segundo [5], essa nova concepção buscava uma nova escola, ou seja,

Uma escola rural típica, acomodada nos interesses e necessidades da região a que fosse destinada [...] como condição de felicidade individual e coletiva. Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã nos campos, de alto e profundo sentido ruralista.

Diante das lutas que marcaram a trajetória da educação no Brasil, surge na primeira metade do século XX, o ensino regular em áreas rurais cujo objetivo era suprir a necessidades básicas de educação da sociedade:

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do segundo império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século XX. O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país [5].

A educação no campo emerge como uma oportunidade para que as crianças, jovens e adultos pudessem progredir na vida e deixarem de serem explorados. Somente com a chegada dos europeus é que foram surgindo algumas escolas com seus ensinamentos voltados para as origens e tradições europeias, porém nem todos tinham acesso e com isso contribuía com a mão-de-obra para os grandes fazendeiros.

Logo em seguida, foram surgindo mais escolas onde buscavam educar os alunos conforme os costumes locais. Segundo [6], nessa época, o Estado preocupava-se em criar escolas por entender que seria um perigo se os imigrantes criassem suas próprias escolas e reforçassem os laços com as nações de origem, então, buscava uma educação que pudesse fortalecer os laços com a nação brasileira.

De acordo com [6]:

No período após a República, durante o Estado Novo, começou a se pensar a educação nas áreas rurais do Brasil, levando mais oportunidades às crianças de ambos os sexos. Por volta de 1892, foram elaboradas algumas leis que consolidaram o ensino normal e reformaram o sistema de ensino, com a criação das “escolas ambulantes”. Porém, a luta por condições dignas para as escolas do campo continuava.

Nas décadas de 1940 e 1950 os índices de analfabetismo no Brasil eram muito altos. Em 1960, muitas pessoas saíam do campo para a cidade em busca de novas oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho o que na maioria das vezes não ocorria conforme o planejado, no entanto, esse fato ocasionou o acúmulo de pessoas nas periferias das cidades.

Nesse período, o Estado ficou preocupado com o fluxo migratório e o crescimento das favelas, iniciando um processo de instalação de novas escolas e projetos voltados ao campo.

[...] com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais.” [7].

Contudo, em 1980, um grave problema afetou o meio rural, ou seja, muitas escolas do campo foram fechadas, em virtude de pouca demanda dos alunos nas comunidades, consequência do processo de migração para as áreas urbanas.

Em 1980, com o surgimento e organização do Movimento Sem Terra (MST) inicia-se o processo de luta pela educação do campo, uma busca por um desenvolvimento que traga

transformações nas condições de vida das pessoas e das comunidades rurais. Um fato marcante na história da educação do campo no Brasil foi a I Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC), organizada pelo MST, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em Brasília, no mês de julho de 1998, cujo objetivo foi desenvolver um projeto que incluísse a população do campo em seu lugar social no país, inclusive na área da Educação, visto que além de ser um direito de todo cidadão, faz parte do processo de inclusão.

No início dos anos 1990, ocorreram grandes mobilizações favoráveis à população rural, assim, houve a conquista educação do campo que ficou reconhecida em leis que regulamentam a educação no Brasil, como na Constituição de 1988 e na LDB nº 9.394/96, aprovada em dezembro de 1996.

Em 16 de abril de 1998, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foi bastante relevante, pois por meio desse programa os trabalhadores rurais conseguiram consolidar um compromisso entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, visando assim atender as necessidades dessa população.

Segundo [8], o PRONERA é resultado de muitas lutas dos movimentos sociais do campo que surgiu com o intuito de expandir os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, além disso, fortaleceu a população rural em várias dimensões, sejam elas econômicas, sociais, ambientais, culturais e éticas, além de executar políticas de educação em todos os níveis da Reforma Agrária.

O parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001 relata que conforme o estabelecido na Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96 – LDB, a Câmara da Educação Básica – CEB elaborou e aprovou as diretrizes curriculares para Educação Básica nas Escolas do Campo. Diante disso o atendimento foi destinado aos alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, educação indígena e educação especial, educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal.

Partindo desse pressuposto, [9] destaca em artigo 3º que:

O poder público considerando a magnitude da importância da Educação Escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo, paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Após a aprovação do Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001 pelo Congresso Nacional, foram determinadas as metas a serem cumpridas pelos governos federal, estadual e municipal em relação à educação e estabelecido tratamento diferenciado para a escola rural:

O Plano Nacional de Educação estabeleceu que todos os Estados e Municípios devem elaborar, com participação da comunidade, os seus próprios Planos de Educação e neste deverão constar as metas que cada Estado e Município deve prosseguir em relação à educação e também em relação à educação do campo [10].

Porém, o que se percebe mesmo com todas as lutas por uma educação diferenciada para as escolas do campo, a escola destinada aos trabalhadores rurais e seus familiares ainda não condiz com sua realidade, além disso, não recebem a atenção necessária do governo para ofertar uma educação com conforto e qualidade. Nesse sentido, pensando em uma política educacional digna para a educação do campo, foram criados alguns programas de formação em nível superior para habilitar os professores que atuam no campo e trabalham com a educação básica.

Desse modo, destacam-se alguns desses programas: Programa Escola Ativa cujo objetivo é melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo, implantando recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitando os professores; o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) que tem por intuito ofertar a educação superior, gratuita e de qualidade, para professores que atuam na rede pública de educação básica para que assim, possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

Além disso, tem o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo (PROCAMPO) visando apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país; Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - responsável pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais; o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) destinado a ofertar para as escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, sendo que, os estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias, visto que muitos professores não possuem habilidades para lidar com os recursos tecnológicos.

De acordo com as exigências impostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), ressalta-se o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão, propondo assim medidas de adequação da escola à vida do campo. Essas diretrizes destacam ainda a importância da organização da população do campo por meio de Movimentos Sociais, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Universidades e instituições de pesquisa, entre outros setores que visem o desenvolvimento social dos trabalhadores do campo, visto que é um espaço onde existe uma grande diversidade cultural. A implantação do PNE ofereceu subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplassem a mencionada diversidade, em todas as suas dimensões.

Um marco importantíssimo para a história da educação no Brasil ocorreu em 2002 quando foi aprovada a Resolução nº 1 CNE/CEB, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo garantindo assim a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico, cujo objetivos eram direcionados para o mundo do trabalho, desenvolvimento sociais, culturais, políticos, ecologicamente sustentável, entre outros.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável por conduzir as políticas públicas voltadas para ampliação do acesso à educação a todos os cidadãos, assim foi determinado, alguns setores específicos para atender as escolas do campo, de acordo com as necessidades por elas apresentadas.

Entretanto, somente em 2008 o MEC, reconhece e utiliza pela primeira vez a expressão “Educação do Campo”, na Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008. Conforme a aprovação desta lei foram estabelecidas algumas normas e princípios para que houvesse o desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento da Educação Básica do Campo. Assim, toda população do campo sem distinção de cor, sexo e raça deveria receber o atendimento a Educação básica, havendo assim a universalização da educação em todas as suas etapas, infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, a mesma seria ofertada pelos Estados, Distrito Federal e pelos Municípios em nível regular.

Além disso, os sistemas de ensino são responsáveis por oferecer a educação especial às crianças e jovens que precisam de necessidades especiais, bem como atender a população rural na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria. Ainda nesta lei fica estabelecido que

os alunos de educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental deverão ser realizados dentro da própria comunidade rural, sem nucleação e deslocamento dessas crianças.

Nesse sentido, fica evidente o compromisso que os órgãos federais, municipais e estaduais tem com a educação do campo, ou seja, devem fornecer aos alunos apoio pedagógico, estruturas físicas adequadas, transporte escolar, formação continuada para professores, materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas entre outros materiais que são necessários para organização e o funcionamento das escolas do campo respeitando assim as diferenças entre as populações que são atendidas, bem como seu estilo de vida, cultura e tradições.

Conforme a Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, fica estabelecido o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica, visto que o emprego da alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Cabe destacar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que possam suprir as necessidades nutricionais durante todo o período letivo. Esse recurso financeiro é repassado em parcelas para as escolas estaduais e municípios pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em relação ao transporte escolar este é de responsabilidade do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar), que também é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujo objetivo é oferecer aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, transporte escolar com qualidade e segurança. Neste mesmo ano, em 29 de janeiro o decreto n.º 6.755, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica por meio de projetos pedagógicos desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) buscando assim assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à uma educação de qualidade, comprometida com a concretização de uma nação democrática, justa e inclusiva capaz de promover a emancipação dos indivíduos.

De acordo com decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, fica decretado os princípios da educação do campo com enfoque ao respeito e à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, entre outros, além disso incentivar a criação de projetos políticos pedagógicos específicos e desenvolver políticas de formação de profissionais para atenderem a demanda das escolas do campo, valorizando assim a identidade da escola, minimizando os índices de analfabetismo.

Com base no decreto citado anteriormente, são estabelecidos os objetivos do PRONERA que visa oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do plano nacional de reforma agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino, além disso proporcionar melhorias nas condições do acesso à educação desse público alvo. Desse modo, o PRONERA foi destinado a atender toda população de jovens e adultos das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), entre eles alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias e demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Diante disso, alguns benefícios foram ofertados para as escolas do campo, como por exemplo: Transporte Escolar, cujo objetivo do programa é garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar; o (PDDE), que tem por finalidade prestar assistência financeira, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, o PNAE, sendo este responsável pela transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, atendendo suas necessidades nutricionais durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis; o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

Diante dos movimentos sociais em prol de avanços na área da educação, atualmente percebe-se que alguns benefícios foram colocados em prática, visto que as ações desenvolvidas para a educação do campo forneceram aos trabalhadores rurais a oportunidade

de completar o ensino básico através da EJA e milhares de camponeses tiveram acesso às universidades públicas através dos 490 cursos ofertados pelo PRONERA.

Nesse contexto, a educação do campo, vem ao longo desses anos propondo um novo conceito de educação, ou seja, uma educação emancipadora, que prepara os trabalhadores rurais para permanecer no campo com dignidade exercendo sua cidadania.

Em pleno século XXI, apesar dos avanços que aconteceram, em alguns municípios brasileiros, a educação do campo é tratada com descaso e ampliam-se cada vez mais os problemas, tais como: analfabetismo, altos índices de evasão escolar, defasagem idade-série, repetência, reprovação, entre outros. Além disso, o ensino ofertado por essas instituições públicas não garante uma educação de qualidade, ou seja, que seja voltada para atender as necessidades locais da população rural.

O que se percebe é que a problemática da educação brasileira é mais pertinente quando se refere à educação na zona rural, ou seja, a precarização das escolas assume caráter ainda mais grave, visto que muitos desconhecem e distanciam-se da realidade do cotidiano do campo, onde poucos se preocupam com melhorias, sendo que esta educação, ainda é muito precária em relação às políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades culturais, humanas e sociais dessa classe de trabalhadores rurais. Dessa maneira pode-se dizer que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) [11].

Nesse sentido, é necessário estar atento ao que rege a legislação brasileira sobre a educação básica no campo, a resolução CNE/CEB n.º 1/2001 ressalta que:

[...] A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e que o campo é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana [12].

Diante disso, percebe-se que o grande desafio apresentado pelas escolas é conhecer o contexto cultural do aluno para que assim possa trabalhar de acordo com suas vivências, ou seja, trazer a realidade do aluno para a sala de aula, a fim de que ele possa sentir-se mais à vontade e poder compartilhar suas experiências e expressar seus conhecimentos prévios.

Uma pesquisa realizada, em 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos assentamentos de reforma agrária, mostrou que, das 8.679 escolas existentes em assentamentos, 84% delas ofereciam apenas os anos iniciais

do ensino fundamental e atendiam somente 51% da demanda estudantil para essa modalidade. Em 56% dessas escolas não havia diretor, e os professores residiam em outras localidades, geralmente nas sedes dos municípios, e não possuía identidade com a cultura campesina [13].

Além disso, uma das dificuldades presentes nas escolas do campo diz respeito a formação de professores pois muitos deles não possuem graduação específica para atuarem em determinadas disciplinas, fato este que na maioria das vezes acaba resultando em uma aprendizagem defasada.

Contudo, faz-se necessário que a sociedade de forma geral exija cada vez mais do poder público uma política de formação inicial e continuada para esses professores que trabalham no campo para que estes venham atuar fazendo uma conexão com o conhecimento científico e a realidades desses sujeitos.

Pois as ações educativas no contexto amazônico devem priorizar a autonomia do sujeito garantindo assim uma educação de qualidade assegurando-lhes um currículo que valorize os saberes locais, regionais, climáticos, econômicos e sociais, capazes de fornecer conhecimentos para que assim o sujeito possa transformar o mundo a sua volta, manter relações de reciprocidade, fazer cultura e construir sua própria história.

Contudo, o que se pode deduzir é que somente a partir de um sistema de ensino organizado será possível aperfeiçoar e oferecer melhorias para a educação do campo de forma coletiva, onde serão trabalhados princípios éticos que irão contribuir para a emancipação do ser humano visando assim à construção de uma sociedade mais democrática.

Além do problema da falta de formação para os professores, outro fator negativo que se destaca nas escolas do campo são as salas multisseriadas que dificultam ainda mais o trabalho do professor, pois os alunos necessitam de uma atenção maior exigindo assim mais esforço e dedicação por parte dos professores, visto que na maioria das vezes faltam recursos didáticos pedagógicos e, além disso, o professor ainda tem que trabalhar com várias disciplinas sem nenhum tipo de assistência pedagógica.

Diante disso, as escolas do campo são vistas de forma negativa como precárias e com baixa qualidade de ensino. Nesse sentido, ressalta-se que:

[..] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental [14].

Dessa forma, o que se percebe é que muitos professores e gestores não sabem como lidar com o problema, pois não estão preparados para desenvolver uma proposta educacional capaz de atender essa demanda, não sabem que medidas tomar para atender uma classe onde os alunos apresentam diferentes características sociais e diferentes níveis de aprendizagem.

Levando em consideração algumas dificuldades enfrentadas por professores e alunos, como a falta de estrutura física adequada, transporte, falta de materiais didáticos pedagógicos e demanda de alunos, esses fatores contribuíram nos últimos anos para que houvesse uma redução no número de escolas no campo, ocasionando assim um processo de exclusão e consequentemente contribuindo para que houvesse um aumento no índice de analfabetismo no país. Essa realidade também é apresentada na educação do campo no estado do Amazonas.

3.3.2 Educação do Campo no Amazonas

O Estado do Amazonas compõe uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se na região Norte, considerado o maior estado do país em extensão territorial e possui a maior biodiversidade do mundo. A vegetação é composta por Floresta Amazônica. O clima é equatorial úmido, com temperatura média anual de 26,7 °C, com variações médias entre 23,3 °C e 31,4 °C. A bacia do rio Amazonas concentra aproximadamente 20% de toda a água doce do planeta com uma área de 1.559.146,876 km², é composto por 62 municípios, estima-se que sua população é de mais de 4 milhões de habitantes chegando a ser o décimo terceiro estado mais populoso do Brasil. O município de Humaitá encontra-se localizado na Mesorregião do Sul do Amazonas.

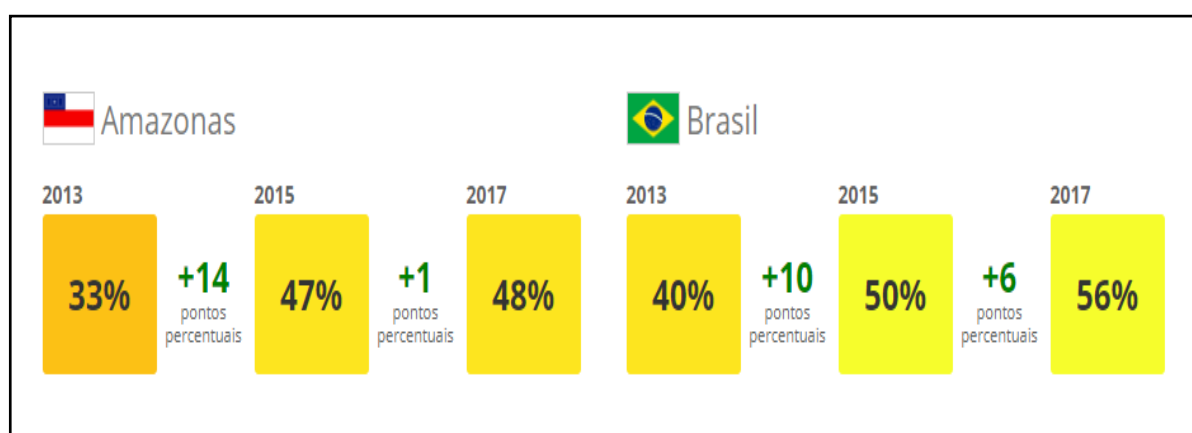
O Estado do Amazonas é subdividido em quatro regiões geográficas intermediárias e 11 regiões geográficas imediatas. Seus limites são com o estado do Pará ao leste; Mato Grosso ao sudeste; Rondônia e Acre ao sul e sudoeste; Roraima ao norte; além da Venezuela, Colômbia e Peru ao norte, noroeste e oeste, respectivamente.

A cultura amazonense está diretamente ligada às raízes indígenas e nordestinas, seu principal setor de economia é a indústria, situada no Polo Industrial de Manaus (Capital do Amazonas) onde são produzidos: eletrodomésticos, bens de informática, motos, bicicletas, químicos e concentrados de refrigerante, entre outros. O ecoturismo e a exploração de madeira também são atividades que fortalecem a economia amazonense.

De acordo com dados do [15] o estado do Amazonas apresenta um número expressivo de matrículas na Educação Básica. No intervalo de 2010 a 2018 o número de matrículas

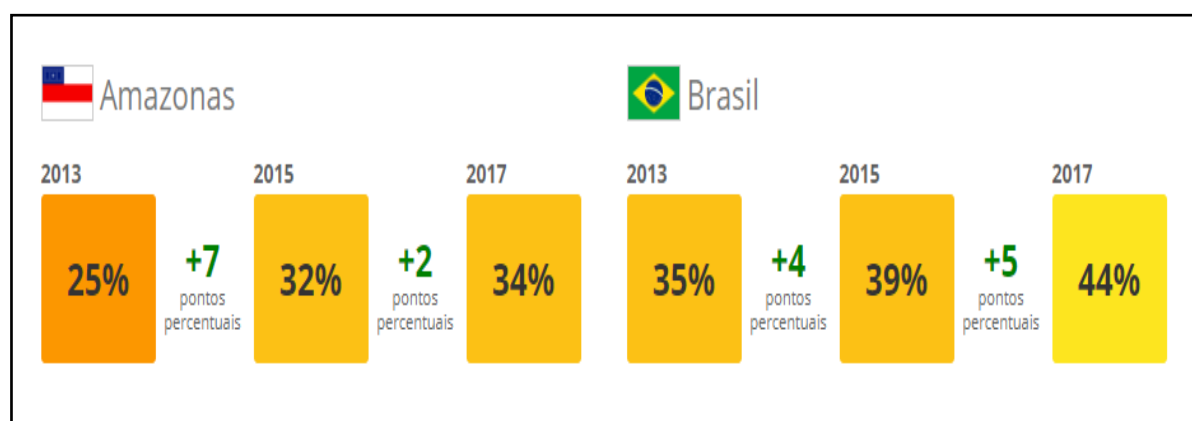
efetivas no sistema educacional demonstra um crescimento muito lento de 0,26% no cômputo geral, no entanto na zona urbana há um decréscimo de 0,72% e na zona rural um crescimento de 3,8%. Nesse sentido, o crescimento, mesmo que pequeno, é devido ao decréscimo na zona urbana, compensado com o crescimento na zona rural. Este fenômeno necessita de um estudo aprofundado, uma vez que, sabemos que o estado do Amazonas apresenta um índice de crescimento nos últimos anos abaixo da média brasileira (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – IDEB – Português – 5º Ano



Fonte: QEdU (2018)

Quadro 2 – IDEB Matemática – 5º Ano



Fonte: QEdU (2018)

Observando os dados dos quadros 1 e 2, verifica-se que no intervalo de 2013-2015 o Amazonas conseguiu um índice de + 14 pontos em Português e +7 pontos em Matemática,

enquanto os percentuais do Brasil foram inferiores. No entanto, ainda assim, não conseguiu se aproximar da média brasileira.

No período seguinte 2015-2017 os índices de crescimento caíram consideravelmente, pois tivemos um crescimento de apenas +1 em Português e +2 em Matemática. Mas essa queda é também observada nos dados gerais da média nacional. Isso pode estar relacionada com a crise política que o Brasil vem enfrentando e a falta de continuidade no atendimento da educação brasileira e, especialmente, do estado do Amazonas.

No que se refere à educação do campo no estado do Amazonas, observa-se que há muito a ser conquistado, a mesma apresenta características comuns a maioria dos estados brasileiros, ou seja, a população amazonense também reivindica a implantação e melhorias de infraestrutura nas escolas do campo, visto que há precariedade no ensino, falta de materiais didáticos, estrutura física adequada, falta de profissionais qualificados para atender os alunos e, além disso, falta de políticas públicas para solucionar os problemas que o ensino público apresenta. Nesse sentido, [16] afirma que “assim como na cidade as populações do campo convivem com o desemprego, a precarização e informalização do trabalho, uma vez que há carência de políticas públicas”.

Diante disso, a LDB em seu artigo 28, estabelece algumas normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural [17].

As ações educativas no contexto amazônico devem priorizar a autonomia do sujeito garantindo assim uma educação de qualidade, assegurando-lhes um currículo que valorize os saberes locais, regionais, climáticos, econômicos e sociais.

De acordo com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destaca-se que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana [12].

Percebe-se que o grande desafio apresentado pelas escolas é conhecer o contexto cultural do aluno para que assim possa trabalhar de acordo com suas vivências, ou seja, trazer a realidade do aluno para sala de aula, para que assim ele possa sentir-se mais à vontade e poder compartilhar suas experiências e expressar seus conhecimentos prévios.

Diante de muitas lutas realizadas pela melhoria da educação rural no Amazonas, destaca-se em meados da década de 1980, o surgimento do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM), implantado em 1982, criado pela Lei n. 1469/81 como órgão de assessoria às prefeituras e abrangeria a zona rural de 62 municípios. Este instituto foi criado com objetivos específicos, visto que apresentava como finalidade coordenar e avaliar os programas educativos voltados para o meio rural.

Assim, foram determinadas algumas atribuições ao IERAM, tais como:

- I - Conceituar, formular e executar a política de educação rural, sincronizada com o Sistema Estadual de Educação e dentro do Plano Global de Governo;
- II - Definir, elaborar e executar a política de planejamento educacional rural, formal e não formal, integrada aos processos de planejamento educacional, sub-regional e municipal;
- III - Programar, coordenar e avaliar todos os processos de Educação Rural, formal e não formal, integrando-se às demais instituições que desenvolvem atividades voltadas ao meio rural;
- IV - Promover a articulação com órgãos ou entidades que atuam na Zona Rural, com implementação de ações integradas, no setor primário da economia;
- V - Apoiar os professores rurais e as comunidades em geral, objetivando o aperfeiçoamento e reformulação dos conteúdos curriculares de educação rural, formal e não formal, a fim de que estejam em consonância com a realidade política, econômica e social dessas comunidades;
- VI - Propiciar ao homem rural, dentro do âmbito de sua atuação, condições facilitadoras ao seu pleno desenvolvimento e que possam resultar na minimização dos movimentos migratórios;
- VII - Integrar-se à organização dos produtores, através dos processos de formação, incentivando inclusive, a criação de indústrias de pequeno porte, com vistas ao maior apoio e sustentação à produção local [18].

A partir da criação do IERAM novos projetos rurais foram surgindo, e com isso a educação do campo foi ganhando um novo olhar, assim por meio de algumas conquistas foi possível começar a pensar em uma educação com mais qualidade que pudesse contribuir para a construção social do sujeito, onde seus direitos e deveres fossem respeitados. Assim, destacam-se o Programa de Professores Leigos Municipais (PRORURAL) e o projeto ESCOLA ATIVA, que foram programas criados pelo IERAM destinados a formação e capacitação de professores rurais, com foco no fornecimento e orientação para uso de materiais pedagógicos para serem aplicados aos educandos, tendo em vista melhorias significativas na qualidade da educação do campo.

Pode-se destacar que finalidade do PRORURAL era formar professores leigos, habilitando-os de acordo com a atual LDB (Lei nº 9394/96) 4.285 professores de 61

municípios do estado do Amazonas entre julho de 1998 e dezembro de 2001. Nesse sentido, [18] afirma que,

[...] zelar pela educação proposto pelo PRORURAL, é propiciar paliativos, ou seja, cursos de formação para professores leigos que não se importam com a titulação ou capacitação. Esse tipo de programa se opõe ao conteúdo da própria LDB que afirma como imperativo categórico a necessidade de formação a partir do ingresso em institutos superiores de educação [18].

A educação do campo é uma concepção que possibilita mudanças na sociedade por meio do fazer pedagógico, contudo, é um processo natural dos seres humanos, pois através do processo de socialização entre si eles produzem conhecimentos e novas aprendizagens proporcionando assim a humanização dos sujeitos. O programa Escola Ativa foi implementado pelo Ministério de Educação no Brasil a partir de 1997, cujo objetivo foi melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.

O PEA foi um dos programas de maior investimento financeiro do BM: o FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola), o mesmo foi desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação cujo objetivo foi promover um conjunto de ações para melhorar a qualidade do ensino fundamental e ampliar a permanência das crianças nas escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essas iniciativas estão voltadas para o meio rural visto como um espaço de diversidade cultural, contudo, são territórios que necessitam de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano.

Assim, [19] destaca que: “[...] É a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência, para a transformação do mundo natural, social e de si mesmo [...]”.

O Programa Escola Ativa (PEA) estava voltado para atender a escola do campo, com uma proposta de aprendizagem ativa, com participação centrada no aluno, bem como sua realidade social. O professor assume a função de facilitador e estimulador pautado na aprendizagem cooperativa, gestão participativa, avaliação contínua e processual. De acordo com os manuais do [20] destinados à formação de professores tinha como objetivo:

[...] ofertar às escolas multisseriadas uma metodologia adequada e com custos mais baixos do que a nucleação; atender o aluno em sua comunidade (...); promover a equidade; reduzir as taxas de evasão e de repetência nas escolas multisseriadas; corrigir a distorção idade/série dos alunos; promover a participação dos pais nos aspectos pedagógicos e administrativos da escola; melhorar a qualidade do ensino fundamental – 1a a 4a séries – ofertado nessas escolas [20].

Além dos problemas físicos apresentados pelas escolas do campo, outro fator que implica para que ocorra de fato uma educação de qualidade diz respeito a formação de

professores, pois muitos deles não possuem graduação específica para atuarem em determinadas disciplinas, sem contar que esses professores trabalham com turmas multisseriadas e isso dificulta mais ainda o trabalho do professor, pois os alunos necessitam de uma atenção maior exigindo assim mais esforço e dedicação por parte dos professores, fato este que na maioria das vezes acaba resultando em uma aprendizagem defasada.

Em meio a tantas dificuldades, em 1999, o Estado do Amazonas adota o PEA, resultado de convênios entre o MEC e o Banco Mundial. O referido projeto teve o intuito de apoiar os sistemas estaduais e municipais no que se refere a melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, além disso, reduzir o índice de repetência, melhorar o nível de aprendizagem dos alunos do campo, fornece recursos pedagógicos necessários e apropriados, realizar formação continuada para os educadores, desenvolver propostas pedagógicas destinadas a atender as especificidades do campo, entre outros benefícios oferecidos pela escola ativa.

A luta da população do campo por uma educação de qualidade sempre esteve voltada para a preparação ao mercado de trabalho, além disso, para exercer seu papel de cidadão social, capacitando-os para que no futuro possam compartilhar conhecimentos com direito a igualdade e democracia.

Contudo, pode-se deduzir que, somente a partir de um sistema de ensino organizado será possível aperfeiçoar e oferecer melhorias para a educação do campo de forma coletiva, onde serão trabalhados princípios éticos que irão contribuir para a emancipação do ser humano visando assim à construção de uma sociedade mais democrática.

Portanto, o que se percebe atualmente é que diante de muitas lutas por uma educação diferenciada para as escolas do campo elas continuam no descaso por parte do governo que mesmo após anos de luta nem tudo o que está escrito na lei é posto em prática, a maioria dessas propostas não são efetivadas.

3.3.3 Educação do Campo em Humaitá-AM

Humaitá é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sul amazonense e microrregião do Madeira. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [21] sua população é composta por aproximadamente 54.001 habitantes. Limita-se com os municípios de Manicoré ao norte e leste; Porto Velho e Machadinho d'Oeste-RO, ao sul; Tapauá e Canutama ao oeste.

Os principais meios de acesso ao município são a BR 319 que liga a cidade de Porto Velho-RO e Manaus-AM onde termina na foz do rio Paraná do Careiro e Rio Solimões. A BR 230, popularmente conhecida como transamazônica liga a cidade de Lábrea no Amazonas e passa por Humaitá dando acesso a cidade de Apuí cortando vários estados como: Pará, Maranhão, Tocantins, Paraíba, terminando em João Pessoa no porto de Cabedelo.

Além do transporte terrestre pelas rodovias, outro meio de transporte muito popular na região é o fluvial realizado pelo rio Madeira, que é um dos 5 (cinco) rios em maior extensão e volume de água do mundo. O mesmo é utilizado pela população para transportar, pessoas, alimentos, combustíveis e animais para a cidade de Porto Velho - RO ao sul e ao Norte as cidades de Manicoré, Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda do Norte e a capital Manaus.

Sua extensão territorial é de 33.071.667 km², o que faz com que o município seja considerado um dos maiores do estado em área territorial.

O município de Humaitá dispõe ainda de um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 225.637, o que o coloca como o décimo primeiro município com maior PIB no Amazonas e o terceiro em sua mesorregião. Os aspectos econômicos deste município baseiam-se principalmente na pecuária, piscicultura, agricultura de arroz, soja, milho, cupuaçu e hortaliças, beneficiadoras de castanha, madeiras, extrativismo vegetal, garimpo, entre outros.

Outro aspecto importante a ser discutido nesse capítulo faz referência ao processo educacional do município de Humaitá-AM. Mediante a uma visita a secretaria de educação foi possível compreender como ocorre o funcionamento do sistema de ensino neste município. A educação no município de Humaitá fica sob responsabilidade da SEMED, esta por sua vez tem a função de fornecer as escolas recursos financeiros necessários para mantê-las ativas, além disso, é responsável por executar políticas e programas educacionais que possam contribuir para o progresso da educação em Humaitá.

Assim, para que de fato seja ofertada uma educação de qualidade é necessário que haja uma boa organização administrativa, nesse caso, a SEMED conta com uma equipe de trabalho dividida em setores específicos para atender as demandas das escolas urbanas e rurais do município. Diante disso, cada setor possui uma função, ou seja, é responsável por um polo, cujo objetivo é prestar atendimento e solucionar os possíveis problemas apresentados por essas escolas.

A estrutura administrativa da SEMED é formada pela secretária de educação, poder executivo, coordenação Indígena, coordenação urbana e do campo. Com base em dados

coletados na SEMED, no ano de 2018 essa instituição atendeu uma demanda de 70 escolas, sendo que 13 delas estão situadas na área urbana e 57 na área rural perfazendo um total 3.166 alunos, 185 professores e 95 auxiliares de serviços gerais.

A coordenação do campo é composta pelo coordenador geral e quatro supervisores que são responsáveis pelo atendimento de dez polos. Como pode-se verificar, não existe um número muito elevado de escolas na responsabilidade de cada supervisor, isso pode interferir de forma negativo no atendimento dessas escolas.

Considerando que a maioria das escolas do campo em Humaitá não dispõe do Pedagogo para fazer o acompanhamento pedagógico das escolas, deixando muitas vezes os professores sem um planejamento efetivo, sem auxílio nas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, etc. Além disso, nenhum desses profissionais possuem formação em Pedagogia, ou seja, não poderiam exercer a função de acompanhamento pedagógico. No entanto, verifica-se que os mesmos são preocupados em atender as necessidades das escolas, tentam abastecer as escolas de material de consumo, combustível e pedagógico.

Ressaltamos que a presença de um pedagogo no ambiente escolar se faz necessária, pois são muitos os problemas apresentados pelas escolas, além disso o pedagogo deve estar presente em todas as esferas da educação, tanto nas áreas de planejamento como supervisão e coordenação escolar. Ele é o profissional adequado para subsidiar o trabalho dos professores e de toda instituição de ensino.

Nesse sentido, a respeito da importância do pedagogo [22] afirma que:

[...] o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino.

Contudo, é necessário um trabalho em equipe com profissionais qualificados para atuar em áreas específicas, para que assim possa melhor o atendimento as escolas do município de Humaitá.

Na organização da Educação do Campo em Humaitá existe uma divisão entre “Escola da Estrada” que ficam localizada ao longo das Br’s e vicinais, e a “Escola Ribeirinha” são todas localizadas ao longo de rios e igarapés.

Observando o quadro da distribuição de escola por polo, verifica-se que no Polo VI apresenta apenas uma escola. Essa escola tem característica peculiar pois é conhecida como

balsa escola, uma escola flutuante, “de acordo com o documento da embarcação, foi construída no mesmo ano, recebendo a designação de Base Educacional Irmã Angélica Tonetta [23]. Essa escola foi criada para como o objetivo de:

Atender as necessidades dos alunos do ensino fundamental I e II, na mediação da comunidade São Sebastião do Tapuru e adjacências, bem como a melhoria e qualidade de ensino, transformando as salas destas referidas escolas, que; antes eram multisseriadas, em turmas de seriação, facilitando a aquisição de conhecimento e suprimindo gradativamente o anseio de mudanças dos mesmos. Já que o professor irá trabalhar com conteúdo destinados a um segmento, diminuindo o índice de reprovação e evasão escolar [24].

Atualmente, a escola é registrada com o nome de Escola Municipal Fluvial Osmarina Melo Oliveira, fica situada às margens do rio Madeira nas mediações da comunidade Tapurú e São Sebastião.

A escola funciona atualmente (2018) com um quadro de 12 professores, 1 secretária, 5 serviços gerais e 145 alunos. A escola fornece café da manhã, almoço e lanche da tarde para os alunos. Todos os alunos são oriundos das comunidades ribeirinhas mais próximas e se deslocam para escola por meio do transporte escolar disponibilizado pela SEMED, uma voadeira que é composta por um casco de alumínio e um motor de polpa. Esta escola oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, funcionando em período integral, possui 9 salas de aulas, 1 sala de informática, além disso, as salas são climatizadas. Os professores permanecem na escola durante todo o período letivo, a escola oferece alojamento para todos os professores.

A SEMED ao visitar as escolas do campo, realiza a entrega da merenda escolar, do combustível para transporte dos alunos e realiza a orientação pedagógica com os professores, compreende-se que não é o suficiente para que ocorra uma educação eficaz, porém em virtude das escolas estarem localizadas longe da cidade o que dificulta o acesso as mesmas, somente é possível realizar esse atendimento uma vez por mês.

Ressalta-se que a estrutura física de uma escola pode influenciar na aprendizagem dos alunos, sendo assim, o que se percebe nas escolas do campo é que elas não apresentam uma estrutura apropriada, capaz de fornecer conforto e segurança aos alunos, algumas necessitam de reformas urgentes. Apenas uma minoria apresentam uma estrutura física considerada boa, são construídas de alvenaria, entretanto, a grande maioria são escolas pequenas, construídas de madeira, não possuem gestores e nem pedagogos, muitos professores não possuem o ensino superior para estarem atuando em sala de aula, além disso os alunos são obrigados a se organizar em salas multisseriadas, sem climatização, o que causa desconforto ao aluno que

por sua vez, acabam perdendo o interesse pelas aulas, comprometendo assim seu rendimento escolar.

Uma das problemáticas que se percebe no município de Humaitá em relação a educação diz respeito a atuação dos professores em sala de aula, visto que alguns não possuem o nível superior, além disso são moradores da área urbana uma realidade totalmente diferente do campo. Alguns professores são contratados por meio de processos seletivos realizados pela SEMED.

Quanto a formação de professores, é importante frisar que o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) estabelece a exigência mínima na formação para atuação na educação básica, assim fica instituído que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental [...] [25].

Além da falta de qualificação, o professor do campo tem o mesmo piso salarial que o professor da cidade, porém, as dificuldades que enfrenta para chegar a escola pressupõe maior gasto de tempo e dinheiro, logo, estes deveriam receber transportes e remuneração diferenciados, especialmente se forem consideradas as horas que passam nas estradas, pois este tempo acaba influenciando a qualidade de ensino, porém essa remuneração diferenciada não ocorre em nosso município.

Outro fator negativo nas escolas do campo é a rotatividade dos professores, que prejudica a organização e continuidade dos conteúdos, pois todo ano há troca de professores, fato que contribui para o atraso da aprendizagem, pois se um professor ministra aula durante o ano todo em um local, caso permaneça no ano seguinte, ele poderá dar continuidade as atividades e conteúdos proposto, visto que já possui conhecimento sobre os conteúdos que foram trabalhados com os alunos anteriormente, além disso já conhece a realidade de cada um, bem como suas dificuldades.

Outro dos problemas recorrentemente apontados como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado é a elevada rotatividade de professores ao longo de um mesmo período letivo. As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano dos alunos [26].

Nesta perspectiva, é evidente que o educador desempenha um papel fundamental na vida do ser humano, visto que estes assumem um papel de mediador de novos conhecimentos colaborando assim para a formação de cidadãos conscientes capazes de transformar o meio

em que vivem. Contudo, é necessário que os educadores estejam sempre se atualizando para ofertar um ensino significativo, respeitando assim a realidade de cada um possibilitando a construção de uma sociedade mais humana e justa.

Ao fazer referência ao transporte escolar os recursos financeiros para estes fins são repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) ao município, que, visa oferecer aos alunos da educação básica que residem em áreas rurais, transporte escolar com qualidade e segurança. No geral, são disponibilizados pela SEMED/Humaitá em 2018 um total 100 meios de transportes para atender aos alunos do campo, dentre eles 83 transportes fluviais e 17 terrestres, porém o que se percebe é que muitos alunos são transportados de forma irregular em barcos, voadeiras, rabeta, ônibus e kombis que na maioria das vezes são superlotados deixando a segurança dos alunos comprometida, sem cinto de segurança, sem coletes salva vidas, ou seja, sem nenhum conforto e segurança.

A Política do Transporte Público Escolar no Campo deve servir aos estudantes da Educação Básica e Superior no meio rural, favorecendo assim o acesso dos alunos as instituições de ensino, assegurando a permanência dos mesmos, além disso, contribuir para a redução da evasão escolar. Entretanto, a mesma se apresenta como um desafio, porque há várias comunidades aonde o transporte escolar não chega, em virtude das péssimas condições das estradas para trafegar ou até mesmo pela existência de veículos impróprios para o transporte escolar como mencionado anteriormente.

Em consonância com a Resolução do FNDE, nº 12/2011, em seu Art. 2º, certifica-se que:

[...] Art. 2º o PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais [...] [27].

Nesse sentido, pode-se afirmar que a questão do transporte escolar não é a falta de legislação, e sim, a falta de prioridade na ação política voltado para população carente que necessita destes serviços no meio social em que vivem, contudo, o transporte escolar é, portanto, uma política educacional essencial para o acesso de considerável número de alunos de escolas públicas ao ambiente escolar, condição para que se garanta o direito à educação.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas a facilitar o acesso às escolas do campo podem contribuir para que a educação básica do meio rural tenha caráter universal, porém

contextualizado às especificidades do meio, valorizando a cultura e tendo como objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade, que assegure a ampliação dos direitos de cidadania da população rural, garantindo, assim, o direito do aluno ao acesso e permanência na escola e, sua inserção no mundo do trabalho [28].

Em virtude da SEMED não possuir um histórico a respeito da educação do campo, algumas informações foram ocultadas, pois segundo informações da secretaria não havia nenhum arquivo nos computadores quando a nova gestão assumiu, fato que dificultou o trabalho das equipes.

Assim como a estrutura física da escola pode influenciar no rendimento escolar do aluno, outro fator a ser levado em consideração é a qualidade da merenda escolar. Nesse sentido, ressalta-se que:

O emprego da alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a sua faixa etária, sexo e atividade física e o seu estado de saúde, inclusive para os que necessitam de atenção específica [29].

A distribuição da merenda escolar para as escolas do campo ocorre uma vez por mês, visto que, essas escolas ficam distante da cidade o que dificulta essa distribuição. Os alimentos disponibilizados pela SEMED geralmente são enlatados, não há uma variação no cardápio, visto que, devido a distância alguns alimentos perecíveis não durariam até chegar as escolas destinadas. Com o objetivo de fornecer uma alimentação mais saudável às escolas a SEMED faz parceria com alguns agricultores da comunidade para fornecer frutas e hortaliças para suprir essa necessidade nutricional.

Os livros didáticos são distribuídos na primeira viagem realizadas as escolas, antes do início das aulas, a escolha do mesmo é feito com os gestores e alguns professores, porém antes de serem distribuídos aos alunos, esses livros ficam armazenados de forma incorreta em uma área dentro do prédio da SEMED o que acaba por danificar alguns materiais que chegam na escola sem condições de uso devido a longa viagem de barco.

Os livros didáticos são distribuídos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) e desempenham um papel muito importante na prática pedagógica, ou seja, no sistema educacional brasileiro, pois são considerados como um instrumento de apoio aos professores de grande valor educacional, além de contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Conforme pode-se observar na figura abaixo os livros didáticos ficam armazenados de forma precária, o que pode danificar os mesmos.

No entanto, os PCNs [30] recomendam que o professor utilize, além do livro didático, materiais diversificados (jornais, revistas, computadores, filmes, etc.), como fonte de informação, de forma a ampliar o tratamento dado aos conteúdos e fazer com que o aluno se sinta inserido no mundo à sua volta.

Contudo, na maioria das escolas o único recurso impresso utilizado pelos professores são os livros didáticos que na maioria das vezes não está relacionado com a realidade do aluno, nesse sentido, torna-se necessário escolher adequadamente o livro a ser utilizado em sala de aula.

A sociedade civil deve estar atenta a todos os debates e discussões que envolvam mudanças das políticas públicas educacionais. Não silenciar diante dos ataques aos direitos conquistados como a defesa da escola pública, que está sendo ameaçada, fruto de um projeto de governo neoliberal que não defende o ensino público, pelo contrário, quer sucumbir este. Assim, cabe denunciar e apoiar os movimentos, os sindicatos, as universidades, e grupos que defendem e sabem da importância que é a garantia do acesso à educação pública, direito garantido que não veio da “boa vontade” do Estado, mas pela pressão sofrida, sendo resultado da mobilização daqueles que não aceitam as injustiças sociais presentes [31].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos fatos expostos nessa pesquisa, compreende-se que, os movimentos sociais ocorridos ao longo do tempo em função de melhorias na educação do campo foram determinantes para que a mesma fosse reconhecida e valorizada dentro da sociedade.

Em virtude das organizações realizadas pelos camponeses foi possível reivindicar e obter várias conquistas, fato que possibilitou ao homem ter acesso a uma educação que atendesse os interesses e as necessidades da população do campo, além disso, permitiu de forma positiva e significativa, a construção de sua identidade, valorização da cultura, das tradições sem se sentir insignificante ou submisso aos que vivem no meio urbano.

De forma geral, o objetivo da pesquisa foi alcançado, visto que esse estudo possibilitou ampliar os conhecimentos sobre a educação do campo, destacando os fatos marcantes, as leis que favoreceram as populações do campo, bem como, nos possibilitaram refletir a atual situação da Educação do campo no município de Humaitá-AM.

Contudo, ao analisar o atendimento as escolas do campo no município de Humaitá, constata-se que as maiores dificuldades apresentadas são a falta de infraestrutura adequada,

falta de materiais didáticos pedagógicos e as salas multisseriadas que acabam comprometendo o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos.

A falta de políticas públicas na valorização dos professores afeta seu desempenho escolar o que acaba deixando-o desmotivado, além disso, a falta de recursos didáticos e outras dificuldades nas escolas do campo compromete a aprendizagem dos alunos.

Diante disso, faz-se necessário um olhar diferenciado dos governantes para a criação de políticas públicas e aplicação de recursos que visem o avanço para as escolas do campo, tanto no que diz respeito a estrutura física, atendimento pedagógico, distribuição de materiais didáticos, dentre outros. Somente assim, será possível desenvolver uma educação que possa garantir um ensino de qualidade respeitando as peculiaridades da vida no campo.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa científica à primeira autora.

REFERÊNCIAS

- [1] MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- [2] GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- [3] CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola**. 2.ed. Editora Vozes, Petrópolis RJ. 2000.
- [4] SOUZA, M.M. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura acadêmica. 2014.
- [5] CALAZANS, M.J.C. Para compreender a educação do estado no meio rural. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- [6] DEMARTINI, Z.B.F. Educação rural: retomando algumas questões. **Educação e contemporaneidade**, v.20, n.36 p.175-189, 2011.
- [7] BRASIL. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: Cadernos CECAD 2, INEP/MEC, 2007.
- [8] SILVA, T. G. **A importância do estudo sobre o aquecimento global na educação ambiental de alunos do ensino fundamental e o papel do educador desse processo**. 2010. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). Faculdade Patos de Minas, 2010.

- [9] BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Diretrizes operacionais para educação básica do campo**. Resolução CNE/CEB n.º1-Abril, 2002.
- [10] PNE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2001. Disponível em:<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf>. Acesso em: 17 mar 2019
- [11] RODRIGUES, M.M.A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- [12] BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.
- [13] SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.26, n.98, p.185-212, 2018.
- [14] INEP – **Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.
- [15] INEP – **Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.
- [16] VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno do Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v.27, n.72, p.121-135, 2007.
- [17] LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- [18] ARAÚJO, W.P. **Práticas pedagógicas no meio Rural**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004.
- [19] LOPES, R.P. **Pedagogia e emancipação humana**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- [20] FUNDESCOLA - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia para a formação de professores da Escola Ativa**. Brasília: MEC, 2005.
- [21] IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 26.05.2018
- [22] LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3.ed. São Paulo: Cortez,2000.
- [23] FRANCO, Z.G.E. **Um olhar sobre as escolas localizadas no campo do Município de Humaitá (Sul do Amazonas)**: em busca da justiça curricular. 2018. 205 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

- [24] HUMAITÁ. Secretaria Municipal de Educação. Programação Anual Balsa Escola, 2016.
- [25] LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- [26] DUARTE, R.G. **Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003**. 2009. 34 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto, 2009.
- [27] BRASIL. Ministério da Educação: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério Público: COPEDUC - Comissão Permanente da Educação; CNPG - Conselho Nacional de Procuradores Gerais. **Guia do Transporte Escolar**. Brasília/DF: MEC/FNDE, 2012.
- [28] INEP – **Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.
- [29] BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- [30] BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente**, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf> acesso em: 02 mar 2018.
- [31] AGUIAR, R.B.C.; LEAL, F.S.F.; FRANCO, Z.G.E. Educação do campo: o que pensam as educadoras de uma escola de campo no interior do Amazonas? **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, v.15, n.41, p.63-81, 2020.